



PROJETO DE LEI Nº 578 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

APROVADO PRELIMINARMENTE À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE À COMISSÃO DE CONCT., JULIANIA EREDAÇÃO EM 05 12 1210 2.

Introduz alterações e acréscimos na Lei nº 17.151, de 16 de setembro de 2010 e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono:

Art. 1° Altera a redação do caput do artigo 1° da Lei n° 17.151, de 16 de setembro de 2010, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 1º As escolas públicas e privadas da Educação Básica, as Instituições que compõem o Sistema Estadual de Educação Superior e os Clubes e as Agremiações recreativas deverão incluir em seu projeto pedagógico medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying".

Art. 2° Altera e acrescenta redação no artigo 2° da Lei nº 17.151, de 16 de setembro de 2010, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Para fins desta Lei considera-se:

- I "Bullying" a intimidação sistemática por ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas;
- II "Cyberbullying" a intimidação sistemática na rede mundial de computadores, quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial;
- III "Cyberstalking" a perseguição por intimidação sistemática praticada via internet.

Parágrafo único. Caracteriza-se a intimidação sistemática "bullying" quando há violência física, moral ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

I - ataques físicos;

II - insultos pessoais e xingamentos;





III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

IV – ameaças por quaisquer meios, inclusive via internet;

V – grafites e desenhos depreciativos;

VI – expressões preconceituosas;

VII – isolamento social consciente e premeditado;

VIII – pilhérias;

IX – furto, roubo, destruição de pertences de outrem;

X – prática de "cyberbullying" e "cyberstalking".

Art. 3° Acrescenta o inciso VIII, no artigo 3° da Lei n° 17.151, de 16 de setembro de 2010, com a seguinte redação:

"Art.	39	٠	 	 	 	 	 	 	 	 	 	 	 	 _
						 	 	 	 	 	 	 	 	 •
			 • • • •	 	 • • • • •	 	 · · · · · · ·							

VIII - disponibilizar informações na Rede Mundial de Computadores para prevenir e combater o "bullying", buscando orientar e conscientizar sobre os maleficios da agressão do "cyberbullying" e "cyberstalking"."

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM

DE

2017.

VIRMONDES CRUVINEL
Deputado Estadual – PPS





JUSTIFICATIVA

Visando maximizar e atualizar a multicitada Lei nº 17.151, de 16 de setembro de 2010 que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de Educação Básica do Estado de Goiás, e dá outras providências, notadamente para acréscimos e alterações que promoverão a maior amplitude e melhor definição de condutas, além de incluir o "cyberbullying" e "cyberstalking".

Considerando que a internet é um ferramenta de comunicação consolidada e de elevador poder de divulgação, condutas de "bullying" por intermédio da mencionada ferramenta tem sido cada vez mais recorrente, ficando na maioria das vezes na impunidade.

Demais disso, com a criação da delegacia de crimes cibernéticos, recentemente aprovada por esta casa de leis, premente se faz a atualização da legislação correlata a condutas no ambiente digital para uma melhor responsabilização dos agentes, com supedâneo na competência concorrente para legislar sobre procedimentos em matéria processual, bem como para legislar sobre educação, incisos XI e IX do art. 24 da constituição federal respectivamente.

Pelo exposto de forma breve, porém magníloqua, contamos com a aquiescência dos nobres pares para a provação do presente projeto de lei para que surta seus regulares efeitos em prol da melhoria da educação.

VIRMONDES CRUVINE Deputado Estadual – PPS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO DE COMS

A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 2017004989

Data Autuação: 05/12/2017

Projeto: 578-Al

Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO
Autor: DEP. VIRMONDES CRUVINEL

Autor: DEP. VIRMONDE
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA

Subtipo: LEI ORDINÁRI.
Assunto:

INTRODUZ ALTERAÇÕES E ACRÉSCIMOS NA LEI № 17.151, DE 16 DE SETEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.





T

FOLHAS

PROJETO DE LEI Nº 578 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

APROVADO PRELIMINA PMENTE À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOFMENTE À COMISSÃO DE CONST., 1974 E REPAÇÃO

Introduz alterações e acréscimos na Lei nº 17.151, de 16 de setembro de 2010 e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono:

Art. 1° Altera a redação do caput do artigo 1° da Lei n° 17.151, de 16 de setembro de 2010, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 1º As escolas públicas e privadas da Educação Básica, as Instituições que compõem o Sistema Estadual de Educação Superior e os Clubes e as Agremiações recreativas deverão incluir em seu projeto pedagógico medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying".

Art. 2° Altera e acrescenta redação no artigo 2° da Lei nº 17.151, de 16 de setembro de 2010, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Para fins desta Lei considera-se:

- I "Bullying" a intimidação sistemática por ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas;
- II "Cyberbullying" a intimidação sistemática na rede mundial de computadores, quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial;
- III "Cyberstalking" a perseguição por intimidação sistemática praticada via internet.

Parágrafo único. Caracteriza-se a intimidação sistemática "bullying" quando há violência física, moral ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

I - ataques físicos;

II - insultos pessoais e xingamentos;





FOLHAS

III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

IV – ameaças por quaisquer meios, inclusive via internet;

V – grafites e desenhos depreciativos;

VI – expressões preconceituosas;

VII – isolamento social consciente e premeditado;

VIII – pilhérias;

IX – furto, roubo, destruição de pertences de outrem;

X – prática de "cyberbullying" e "cyberstalking".

Art. 3° Acrescenta o inciso VIII, no artigo 3° da Lei n° 17.151, de 16 de setembro de 2010, com a seguinte redação:

"Art.	<i>3</i> °		 • • • • •		 			• • • •	· · · ·	 	 .		 	 	 			 	 •••
		• • • • •	 • • • • •	••••	 ••••	• • • • •	••••			 	 	• • • • •	 • • • •	 ••••	 • • • •	• • • •	• • • •	 ••••	 ••

VIII - disponibilizar informações na Rede Mundial de Computadores para prevenir e combater o "bullying", buscando orientar e conscientizar sobre os maleficios da agressão do "cyberbullying" e "cyberstalking"."

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM

DE

2017.

VIRMONDES CRUVINEL
Deputado Estadual – PPS

A STATE OF THE STA





FOLHAS

JUSTIFICATIVA

Visando maximizar e atualizar a multicitada Lei nº 17.151, de 16 de setembro de reque dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de Educação Básica do Estado de Goiás, e dá outras providências, notadamente para acréscimos e alterações que promoverão a maior amplitude e melhor definição de condutas, além de incluir o "cyberbullying" e "cyberstalking".

Considerando que a internet é um ferramenta de comunicação consolidada e de elevador poder de divulgação, condutas de "bullying" por intermédio da mencionada ferramenta tem sido cada vez mais recorrente, ficando na maioria das vezes na impunidade.

Demais disso, com a criação da delegacia de crimes cibernéticos, recentemente aprovada por esta casa de leis, premente se faz a atualização da legislação correlata a condutas no ambiente digital para uma melhor responsabilização dos agentes, com supedâneo na competência concorrente para legislar sobre procedimentos em matéria processual, bem como para legislar sobre educação, incisos XI e IX do art. 24 da constituição federal respectivamente.

Pelo exposto de forma breve, porém magníloqua, contamos com a aquiescência dos nobres pares para a provação do presente projeto de lei para que surta seus regulares efeitos em prol da melhoria da educação.

VIRMONDES CRUVINEL Deputado Estadual – PPS



COMISSÃO DE CON	STITUIÇAC	D, JUSTIÇA E	EREDAÇÃO
Ao Sr. Dep.(s)	Yenaide	ye Donn	10
PARA RELATAR	Term ye	Trace Vin	
Sala das Comissões De	mutado Solo	n Amoral	
		n Amarai	
Em _ 0 } / 12	_/ 2017	1	
Mhair	1		
Presidente:	2- Mul		
		\sum_{i}	
	,		
	X		
			1,0
			4.
4			

. اعراد

,

D

PROCESSO N.º : 2017004989

INTERESSADO

: DEPUTADO VIRMONDES CRUVINEL

ASSUNTO

: Introduz alterações e acréscimos na Lei nº 17.151, de 16

de setembro de 2010 e dá outras providências.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Virmondes Cruvinel que altera a Lei nº 17.151, de 16 de setembro de 2010, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de Educação Básica do Estado de Goiás.

A propositura acrescenta os clubes e as agremiações recreativas no âmbito de aplicação da lei.

Estabelece, ainda, os conceitos de cyberbullying e cyberstalking, caracterizando estas condutas e as incluindo na prevenção de que trata a lei, bem como determinando a divulgação das medidas de prevenção e combate na internet.

A justificativa aponta que a proposição tem por finalidade maximizar e atualizar a legislação para combater e prevenir o bullying praticado por meio da internet.

Essa é a síntese da proposição em análise.



O projeto de lei altera a Lei nº 17.151, de 16 de setembro de 2010, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de Educação Básica do Estado de Goiás.

Sobre o tema, cumpre asseverar que a Constituição da República estabeleceu em seu art. 227 que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, bem como coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse contexto, importa registrar que a **proteção à infância** e à juventude se insere na competência concorrente estabelecida no art. 24, XV. Por oportuno, destaca-se que no exercício da competência concorrente, cumpre à União estabelecer as normas gerais e aos Estados exercer a competência suplementar, a fim de atender às demandas afetas a seu território.

No âmbito do Estado de Goiás, o tema já se encontra disciplinado pela Lei nº 17.151, de 16 de setembro de 2010, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de Educação Básica do Estado de Goiás, razão pela qual o presente projeto propõe a sua alteração.

Constata-se que as alterações propostas no projeto de lei são adequadas à legislação vigente, pois aperfeiçoa a abrangência da lei para que sejam incluídos os clubes e agremiações recreativas e bem como protege a sociedade da prática do bullying quando realizado pela internet.

12

A proposição em análise, portanto, é compatível com o sistema constitucional vigente.

Isto posto, somos pela constitucionalidade e juridicidade da propositura em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, emat de Verence de 2018.

Deputado HENRIQUE ARANTES

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova o parecer do Relator FAVORÁVEL A MATÉRIA. Processo N° <u>1989-</u>//2 Sala das Comissões Deputado Solon Amaral / 2018. Presidente: